



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APOIO À CANDIDATURA DE MULHERES NAS ELEIÇÕES

Aos 14 (quatorze) dias do mês de agosto de 2023, às 14h, nas dependências da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sala Arnaldo Busato, reuniram-se a Excelentíssima Senhora Doutora Luciani de Lourdes Tesseroli Maronezi, Juíza Coordenadora do Programa da Justiça Eleitoral, “Mulheres na Política”, representando o Excelentíssimo Senhor Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, a Excelentíssima Senhora Desembargadora Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes, a Excelentíssima Senhora Daniele Cristine Forneck Franzini, Diretora-Geral do TREPR, as deputadas estaduais integrantes da Bancada Parlamentar Feminina deste Estado, Mabel Cora Canto – Líder da Bancada, Ana Julia Pires Ribeiro, por sua representante, a assessora Ana Paula Gnap, Cloara Pinheiro, Flávia Carolina Resende Jaber Francischini, Isabel Cristina Rauen Silvestri, Luciana Guzella Rafagnin, Márcia Cecília Huçulak, Marilei de Souza Lima, Marly Paulino Fagundes, para a realização de Audiência Pública de apoio às candidaturas de mulheres nas eleições.

Aberta a audiência, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Doutora Luciani de Lourdes Tesseroli Maronezi, secretariada por Ana Carolina Betmann Lima, servidora do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, foram iniciados os trabalhos, consignadas as presenças em lista que fica fazendo parte integrante desta ata. A deputada estadual Cristina Silvestri cumprimentou a todos, e passou a palavra a Doutora Luciani De Lourdes Tesseroli Maronezi que saudou a todos e informou ter convidado a Desembargadora Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes para auxiliar no programa do TREPR, de incentivo às candidaturas de mulheres. Destacou o propósito da reunião de ouvir as demandas, pretensões e sugestões para incentivar a participação das mulheres na política. A seguir, a deputada estadual Mabel Canto manifestou-se apontando como dificuldades o acesso ao orçamento de campanha, bem como, a discriminação contra as mulheres no processo eletivo. A Doutora Luciani destacou a necessidade de concentrar o foco em demandas para eleições municipais, próximo pleito. A deputada estadual Cristina Silvestri sugeriu a distribuição de cartilhas contendo orientação para as mulheres quanto aos mandatos e atribuições dos cargos em disputa, e também afirmou haver dificuldade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Ata – Audiência Pública de apoio à candidatura de mulheres às eleições

junto aos partidos quanto ao repasse de valores para as candidatas, afirmando ocorrer a prática de priorizá-lo para candidaturas majoritárias. Acrescentou que no PSDB, para facilitar o acesso às verbas de campanha, foi combinado que o orçamento seria repassado diretamente para o órgão partidário no estado. A deputada estadual Marli Paulino disse que chegou a candidatar-se para preencher cotas do partido, mas esforçou-se na campanha e foi eleita, afirmando que a política de cotas para mulheres é válida e exige persistência das candidatas. A deputada estadual Cloara Pinheiro, no seu primeiro mandato, afirmou que as mulheres necessitam de união, tanto para candidatarem-se a cargos eletivos, e também votarem em candidatas. Na sequência, Isabela Lustosa Machado, apresentou-se como uma das dezessete integrantes do movimento “Vote Nelas”, de natureza suprapartidária e abrangência nacional, cuja executiva conta com quatro vereadoras, disponibilizando-se a apresentar, pessoalmente, um relatório com o diagnóstico sobre “Qual é a dor da candidata?”, o qual conclui que a falta de conhecimento sobre candidaturas; os partidos políticos; e a jornada de trabalho da mulher são os elementos dificultadores para que as mulheres candidatem-se. Na sequência, Eneida Desirée Salgado, professora da UFPR, que concorreu ao Senado, pelo PDT/PR, nas eleições de 2022, sugeriu que as autoridades eleitorais revisem as resoluções quanto ao repasse de verbas partidárias para campanha; alertou quanto a eventual inconstitucionalidade da PEC 9/2023; sugeriu mudança no entendimento legal que não sejam atingidas pela inelegibilidade, aquelas candidatas com registro de candidatura indeferido, em decorrência do não atendimento legítimo da política de cotas de gênero pelo partido; e, ainda a possibilidade do uso de inteligência artificial para alertar o descumprimento no repasse tempestivo de recursos às candidatas, a exemplo do monitoramento feito pelo 72horas.org. A respeito, a Desembargadora Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes esclareceu que o Judiciário pode atuar quando do repasse irregular e intempestivo de recursos, mediante provocação, e citou o Ministério Público como agente legítimo para tanto. A deputada estadual Marcia Huçulak destacou a necessidade de equilíbrio nos espaços de poder, sugeriu a repetição para o próximo pleito, do evento “Carta Aberta”, anteriormente promovido pelo TREPR, e acrescentou que trabalhará por candidaturas de mulheres no próximo pleito. A doutora Luciani de Lourdes Tesseroli Maronezi sugeriu a realização de cursos de orientação em polos, no interior do Estado, o que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Ata – Audiência Pública de apoio à candidatura de mulheres às eleições

foi reiterado pela deputada estadual Mabel Canto. Maria Ezi, Secretária do PSB, afirmou que não há autonomia para o acesso às verbas partidárias, as quais concentram-se na presidência, e que ocorrem conflitos internos nas agremiações. Na sequência, a deputada Mabel Canto reportou quanto a necessidade de encerramento da audiência, devido ao início das atividades no Plenário. Carine Piasseta, candidata a deputada federal pelo PDT/PR em 2022, enfatizou que as falas das mulheres tem sido cortadas, e que elas não tem alcançado cargos mais elevados. A deputada estadual Luciana Guzella Rafagnin sugeriu designar novo encontro, e de maior porte para continuidade dos debates, a respeito do que a Dra. Luciani Tesseroli disponibilizou o auditório do TREPR, mediante ajuste de agendas para designação de data e hora para o prosseguimento desta, e posterior comunicação. Ao final, a deputada Flavia Francisquini também sugeriu a reedição de seminário promovido pelo TREPR. Lucia Catarina Ronchi, da Comissão de Mulheres Advogadas da OABPR, informou estarem realizando levantamento das necessidades de candidatas e também ofereceu o espaço da OAB/PR para reuniões. A deputada Marilei de Souza Lima reiterou apoio e disponibilizou-se para o incentivo e motivação de candidaturas de mulheres.

Nada mais havendo a tratar, às 15h10, foi encerrada a Audiência Pública. E, para constar, eu, Ana Carolina Betmann Lima, Secretária da audiência pública e Assessora do Gabinete da Presidência, lavrei a presente Ata que conforma deliberado, será publicada na página de Internet do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Curitiba, 14 de agosto de 2023.